

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 723 - Brasília, quinta-feira, 2 de julho de 1998

Líderes fazem acordo e Congresso aprova LDO

Substituto do senador Ney Suassuna, acolhido na última sessão antes do recesso, procura resguardar prerrogativas do Legislativo em matéria orçamentária e assegurar instrumentos para a fiscalização dos gastos públicos

O Congresso aprovou ontem à noite o substitutivo do senador Ney Suassuna à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1999. A matéria vai agora à sanção presidencial. A votação, na última sessão antes do recesso de julho, tomou-se possível por meio de entendimento entre os líderes partidários. No parecer apresentado em plenário, Suassuna justificou a elaboração de substitutivo ao projeto do governo como necessária para resguardar as prerrogativas constitucionais do Legislativo em matéria orçamentária, dotar o Parlamento dos instrumentos indispensáveis à sua atuação como fiscalizador dos gastos públicos e preservar a relação de independência e harmonia entre os Poderes. **Página 3**

Em clima de entendimento entre as lideranças partidárias, o Congresso votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias dentro do prazo

ACM participa de solenidade pelos 4 anos do Plano Real

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, após a celebração do aniversário do Real (foto), que espera vitória do presidente Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno das eleições. No plenário, o senador Eduardo Suplicy afirmou que apenas controlar a inflação não é suficiente num país com enorme concentração de renda. **Página 4**



Professores universitários vão receber gratificação

O projeto do governo que cria a Gratificação de Estímulo à Docência nas universidades federais foi aprovado ontem, em regime de urgência, pelo plenário do Senado. Com a proposta, já encaminhada à sanção presidencial, os professores terão aumento imediato entre 21% e 48%. **Página 5**

Tratado proíbe testes nucleares

PÁGINA 5

CCJ define mais verbas para a saúde

Emenda que fixa percentuais mínimos de repasse para o SUS foi aprovada pela comissão. **Página 6**

Segundo Antonio Carlos, Código Civil, instituição do efeito vinculante e limitação de medidas provisórias foram as principais matérias aprovadas

ACM diz que trabalho do Congresso foi excelente

Ao fazer um balanço das atividades do Congresso Nacional nos últimos seis meses, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), manifestou satisfação com o trabalho realizado no período.

"O Congresso realmente teve uma atuação excelente no primeiro semestre. É preciso que a mídia reconheça o que foi feito e avalie não pelo que não foi feito, mas pelo

que foi realizado", disse Antonio Carlos. Ele observou que todas as matérias encaminhadas ao Senado foram apreciadas, inclusive a gratificação dos professores, votada na sessão de ontem.

— Votamos todas as matérias, e votamos direito — frisou o senador, destacando entre as mais importantes as que tratavam do efeito vinculante, da limitação das medidas provisórias e do novo Código Civil.



ACM: "votamos todas as matérias"

Senado estende gratificação a servidores militares do DF

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que estende a Gratificação de Condição Especial de Trabalho (GCET) aos servidores militares do Distrito Federal. A gratificação havia sido implantada em 14 de março do ano passado apenas para os servidores militares federais. O projeto vai agora à sanção presidencial.

A matéria foi aprovada pela manhã na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ao justificar seu voto favorável à matéria, Lobão informou que os servidores militares do Distrito Federal já vinham recebendo a GCET desde o dia 12 de maio último.



Lobão relatou a matéria na CCJ

Na opinião do senador Leonel Paiva (PFL-DF), a mensagem do presidente da República corrige uma injustiça que vinha sendo cometida contra os policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros do DF.

A votação por pouco não aconteceu porque, logo no início das discussões, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM)



Leonel: injustiça corrigida

chegou a pedir vista da matéria, argumentando que não tinha conhecimento do impacto financeiro que a medida traria para os cofres da União.

Depois de ouvir apelos dos senadores Leonel Paiva, Edison Lobão e Bernardo Cabral, presidente da CCJ, Jefferson Péres voltou atrás, e a mensagem foi aprovada.

Plenário autoriza promoção póstuma de procurador

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a realizar a promoção, *post mortem*, do procurador da República Pedro Jorge de Melo e Silva, morto em 3 de março de 1982 durante investigações do chamado "escândalo da mandioca". A proposta, já aprovada na Câmara, irá agora à sanção presidencial.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) havia aprovado pela manhã parecer favorável ao projeto. Além de uma homenagem a Melo e Silva, a promoção do cargo de procurador de 1ª categoria para sub-procurador-geral da República tem efeitos sobre a pensão recebida pela família do advogado morto. "Se não fosse a tragédia, o procurador já teria sido promovido. Assim, nos associamos a essa justa proposta", justificou o relator do projeto, senador José Fogaça (PMDB-RS).

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou o empenho de Melo e Silva na apuração do desvio de recursos públicos e empréstimos indevidos, que caracterizaram o "escândalo da mandioca". "Essa foi uma passagem



Fogaça: "justa proposta"

infeliz da história administrativa de nosso país que não deve se repetir", afirmou.

Representante de Pernambuco, estado onde Melo e Silva foi assassinado, o senador Joel de Hollanda (PFL) acompanhou de perto os acontecimentos que culminaram na morte do procurador. "Era um jovem idealista que perdeu a vida defendendo o erário público", disse Hollanda.

Os senadores Bello Parga (PFL-MA) e Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ, associaram-se à homenagem, lembrando que o procurador-geral da República, que é pernambucano, havia solicitado pessoalmente a aprovação do projeto.

TV Senado debate comércio via Internet

O comércio eletrônico, realizado via da Internet, é o tema em debate hoje na TV Senado. Foram convidados o secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia, embaixador Oscar Lorenzo, e o segundo-secretário para assuntos econômicos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Adam Schub. O programa vai ao ar às 8h, às 13h15 e às 19h30.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Substituto do senador Ney Suassuna, aprovado ontem à noite por acordo entre os líderes partidários, dá ao Congresso Nacional novos instrumentos para acompanhar o processo de execução orçamentária

LDO amplia controle sobre gastos federais

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1999, de iniciativa do Executivo, foi aprovada ontem à noite pelo plenário do Congresso nos termos do substitutivo apresentado e relatado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A matéria vai agora à sanção presidencial.

Após a votação da LDO, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encerrou os trabalhos do Congresso Nacional elogiando a diligência de Suassuna e agradecendo o bem-sucedido esforço de entendimento entre os vários líderes partidários, que permitiu a votação em tempo hábil. "Um bom sucesso e êxito nas suas campanhas eleitorais", disse ele aos parlamentares.

No parecer apresentado em plenário por Suassuna, as alterações ao projeto original do governo foram justificadas como necessárias para resguardar as prerrogativas constitucionais do Legislativo em matéria orçamentária, dotar o Parlamento dos instrumentos necessários à sua atuação como poder fiscalizador dos gastos públicos federais e preservar a relação de independência e harmonia entre os três Poderes.

O substitutivo, que resultou de negociação entre a Comissão de Orçamento e líderes partidários, prevê a inclusão, no projeto de Orçamento da



Texto aprovado ontem impede governo de contingenciar verbas federais

União a ser enviado ao Congresso no final de agosto, de vários demonstrativos e informações complementares. O projeto deverá informar, por exemplo, os critérios de regionalização das despesas e o impacto, para o Tesouro Nacional, dos gastos realizados com o Proer, com a federalização

rios elementos, como gastos com consultorias, diárias, publicações etc.

Com o mesmo objetivo, o relator incluiu na LDO o acesso irrestrito da Comissão de Orçamento aos diversos sistemas de registro das despesas públicas, inclusive o Sigeconv (Sistema de Gerenciamento de Convênios) e o Sisbacen (Sistema Banco Central de Informações), e a determinação de que o Tribunal de Contas da União examine e

Executivo", nas dotações pertencentes aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União.

Entre as principais prioridades e metas que orientarão a elaboração e execução do Orçamento da União para 1999, o substitutivo estabelece que a área da saúde terá recursos equivalentes aos definidos para 1998, desde que as fontes de receita para tal sejam garantidas. Caso haja aumento de arrecadação da ordem de 5%, por exemplo, a mesma proporção será acrescida aos recursos destinados à saúde.

A LDO aprovada também garante recursos para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e, por emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para a implementação da lei que estabelece o pagamento de uma renda mínima vinculada à educação (bolsa-escola).

Recursos para a saúde no ano que vem terão elevação igual ao percentual de aumento da arrecadação tributária federal

das dívidas estaduais e municipais e a securitização das dívidas do setor rural.

Na busca de maior transparência na elaboração e execução do Orçamento, o relator incluiu a exigência de "elementação da despesa", ou seja: dado um determinado grupo de despesa, por exemplo, "Outras Despesas Correntes", ele deve ser discriminado em seus vá-

elabore relatório sobre obras irregulares e de elevado valor, medida que constou da LDO para 1998 e foi retirada pelo governo de sua proposta para 1999.

No âmbito do equilíbrio entre os Poderes, Suassuna destacou a rejeição de dispositivo da proposta de LDO do governo que permitia o "contingenciamento unilateral, pelo

Aprovados créditos suplementares

O plenário do Congresso também aprovou, em regime de urgência e por unanimidade, sete autorizações para que o Executivo inclua, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, créditos suplementares no valor total de R\$ 667 milhões.

Os recursos serão alocados em favor da Justiça Eleitoral (R\$ 65 milhões); da Presidência da República, do Ministério da Marinha e do Senado Federal (R\$ 52,5 milhões); do Ministério do Planejamento e do Orçamento (R\$ 400 mil); do Ministério da Agricultura e Abastecimento (R\$ 24 milhões); e do Ministério da Fazenda (R\$ 525,6 milhões).

Vai à CCJ projeto do orçamento participativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que busca implantar nos estados e nos municípios o chamado "orçamento participativo", no qual representantes da sociedade opinam sobre os gastos não-obrigatórios do orçamento.

Requerimento com essa finalidade, encabeçado pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, foi aprovado ontem pelo plenário. Pedro Simon protestou contra a decisão, alegando que apresentou o projeto há mais de dois anos e considera o orçamento participativo um avanço nas relações entre o

Estado e os cidadãos. Lembrou que o projeto já foi debatido e aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. O senador peemedebista teve o apoio do líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e dos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador Gerson Camata

(PMDB-ES) discordou de Simon e observou que o projeto interfere nas câmaras de vereadores e nas assembleias estaduais, por determinar que elas terão de aprovar leis para definir como a população poderá influir nas prioridades do orçamento. Para ele, essa interferência é inconstitucional.



Simon protestou contra decisão

Após a comemoração dos quatro anos do Plano Real, presidente do Senado diz esperar que a eleição seja decidida no primeiro turno, com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso

ACM prevê que o país ainda vai melhorar muito

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou na manhã de ontem da solenidade em comemoração aos quatro anos do Plano Real, a convite do presidente da República. Ele previu, após a cerimônia, que, "ao que tudo indica, a eleição será definida no primeiro turno, com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso", e saudou o crescimento do presidente nas pesquisas, dizendo não estar surpreso com a queda do candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, que "subiu além do que merecia".

A solenidade foi realizada no Centro de Formação do Banco do Brasil e reuniu, além de Fernando Henrique e Antonio Carlos, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, ministros de Estado, parlamentares, empresários e dirigentes sindicais. Ao falar sobre o Plano Real e os resultados, para o país, da estabilidade monetária, o presidente da República fez questão de abordar temas como os investimen-

tos sociais e o desemprego, contestando as críticas da oposição.

Em entrevista à imprensa após a cerimônia, o presidente do Senado destacou os avanços registrados pelo país ao longo do governo FHC e previu que, no futuro próximo, "ainda vai melhorar muitíssimo". Antonio Carlos reafirmou a opinião de que a chapa Lula-Brizola chegou a seu teto de crescimento nas intenções de voto e saudou a melhoria das ações de comunicação do governo e a recuperação, por Fernando Henrique, "do ânimo do candidato de 94". Nessa situação, acrescentou o senador, "ele se torna imbatível".

A referência feita pelo presidente da República à desburocratização do crédito foi particularmente destacada por Antonio Carlos. "O que o povo realmente quer hoje é que o crédito chegue rapidamente a quem necessita", salientou, repudiando as "críticas de quem não tem amor pelo Brasil" e acusa o governo de incrementar os investimentos sociais em função da campanha eleitoral.

Suplicy diz que controle da inflação não é suficiente

Mesmo reconhecendo que os resultados alcançados no controle da inflação foram muito importantes, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, após quatro anos, o Plano Real apresenta muitos problemas e lacunas e "deixou muito a desejar" quanto ao desenvolvimento econômico, ao desemprego, à distribuição de renda e à redução da miséria. "Num país que apresenta índices elevadíssimos de concentração de renda e de riqueza, como imaginar que o mero controle da inflação possa ser suficiente?", indagou.

Para Suplicy, a política econômica adotada pelo governo apresenta diversos elementos que produzem concentração de renda e de riqueza, neutralizando e até desfazendo os efeitos positivos iniciais decorrentes da estabilização da moeda. Citou como exemplo o Proer, que, à custa de incentivos fiscais e ex-



Suplicy aponta problemas no Real pânico da dívida mobiliária federal, socorreu bancos, investidores e correntistas.

— Menos comentado tem sido o caráter concentrador da política do BNDES, que vem dando grande ênfase ao financiamento das privatizações e de empresas de grande porte. Em 1997, por exemplo, 95% dos desembolsos do BNDES foram para médias-grandes e grandes empresas e apenas 2% para micro, pequenas e médias empresas — frisou Suplicy.



Senador Antonio Carlos Magalhães participou da solenidade a convite do presidente da República

Benedita condena pressa na privatização da Telebrás

Ao criticar a urgência do governo em privatizar a Telebrás, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que a oposição teria uma contribuição a dar sobre o modelo econômico, inclusive sobre oportunidade e condições de vender patrimônio público, mas "essa pressa está impedindo". Observou que, "enquanto isso, a base de sustentação do governo se cala".

Para Benedita, a privatização

da Telebrás não pode ser decidida por um pequeno grupo de "iluminados"; precisa ser debatida por toda a sociedade. "Patrimônio público que dá lucro não pode ser privatizado sem garantias. Seremos exorcizados pela sociedade por entendermos do assunto?", pergun-



Benedita: contribuição

tou, negando que o PT defenda a estatização total da economia. "Não somos retrógrados que não querem ver o país crescer. Mas sabemos que algumas estatais promovem programas sociais relevantes que, na privatização, precisam ter garantias de preservação."

TV discute falsificação de remédios

A falsificação de medicamentos não chegou a Brasília, garantiu o presidente do Sindicato das Farmácias do Distrito Federal, Adelmir Santana, em entrevista à TV Senado. Segundo ele, a vigilância sanitária na capital é muito rigorosa e o sindicato tem orientado as farmácias para que não adquiram produtos de distribuidoras não autorizadas.

No programa, que vai ao ar às 7h e às 18h45, Santana também defende a cassação da licença de funcionamento das farmácias envolvidas em fraudes.

Para Hollanda, transposição do São Francisco é viável

A propósito da seca no Nordeste, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a transposição das águas do rio São Francisco. Em sua opinião, a obra representaria a recuperação da região, com efeitos inclusive na mentalidade do nordestino. "hoje refém da falta de água". — A insegurança quanto à disponibilidade de água inibe o crescimento econômico, impedindo a instalação de indústrias e estrangulando a atividade



Joel de Hollanda

agrícola. Além disso, tem um tremendo impacto na cultura da região, porque, esmagado entre um passado de privação e um futuro incerto, o homem do semi-árido adia indefinidamente seus planos — avaliou o senador.

Joel de Hollanda garantiu que a transposição do São Francisco é perfeitamente viável e adiantou que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já realiza os estudos necessários à integração das principais bacias do semi-árido nordestino.

Projeto só foi colocado em votação depois que líder dos grevistas prometeu ao presidente do Senado defender final do movimento nas assembleias. Plenário aprova mas oposição protesta

Professor recebe gratificação de até 48%

O plenário do Senado votou ontem, em regime de urgência, o projeto do governo que cria a Gratificação de Estímulo à Docência nas universidades federais, correspondente a um aumento entre 21% e 48% para os professores.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, colocou a matéria em votação depois de receber carta do presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Renato de Oliveira, na qual ele se compromete a defender nas assembleias de professores o fim da greve, que começou há 94 dias.

Antonio Carlos também ouviu do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o compromisso de enviar ao Congresso, logo após as eleições de outubro, projeto corrigindo em 10% a tabela com a gratificação, retroativamente a julho. O aumento na tabela foi acertado ontem entre as lideranças do governo e o Ministério da Educação, por isso não chegou a ser incluído no projeto votado



O projeto, que vai à sanção presidencial, pode representar o final da greve que já dura 94 dias

pelos deputados. O projeto agora vai à sanção presidencial.

A proposta teve parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ. Ele afirmou que o projeto dá prioridade ao ensino de graduação, "estimulando os professores mais qualificados a lhes dedicar mais tempo". O projeto institui um programa de avaliação da produção acadêmica e do de-

sempenho dos professores, de acordo com critérios decididos pelas próprias universidades.

Durante a votação, o projeto foi criticado pelos senadores de oposição, que lamentaram a exclusão dos funcionários das universidades e dos professores de 1º e 2º graus das escolas federais. A limitação a 60% da gratificação para mestres aposentados também foi condenada.

A proposta acabou aprovada com votos contrários ou abstenção das oposições. Discursaram os senadores Lauro Campos (PT-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE), Emilia Fernandes (PDT-RS), Júnia Marise (PDT-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ramez Tebet (PMDB-MS), Esperidião Amin (PPB-SC), Benedita da Silva (PT-RJ) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Plenário autoriza criação da região da Grande Teresina

O governo federal foi autorizado ontem a criar a Região Integrada da Grande Teresina e o Programa Especial de Desenvolvimento da cidade com os municípios vizinhos, inclusive Timon, no lado maranhense do rio Parnaíba.

É o que prevê projeto do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), aprovado por unanimidade em plenário. O autor acredita ser este o caminho para desenvolver toda a região próxima a Teresina. O programa poderá estabelecer normas para

unificação dos procedimentos relativos a serviços públicos federais, estaduais e municipais e ainda prever linhas especiais de crédito para atividades prioritárias ou isenção de impostos.

Hugo Napoleão afirmou que há grande interdependência entre Teresina e os municípios vizinhos, e que só um planejamento global para toda a região eliminará problemas nas áreas de saúde, transporte e educação.

Para ilustrar o quanto é necessário tratar os problemas da região em conjunto, o senador citou que 41% dos pacientes atendidos nos hospitais públicos de Teresina moram em municípios vizinhos. Outro exemplo: o sistema telefônico da cidade maranhense de Timon é responsabilidade da telefônica piauiense.



Hugo Napoleão

derá estabelecer normas para



Alcides Muniz assume vaga aberta com afastamento de Palmeira

Toma posse senador pelo estado de Alagoas

Tomou posse ontem o novo senador pelo estado de Alagoas, Alcides Muniz Falcão (PMDB), na vaga do titular, Guilherme Palmeira (PFL), que pediu afastamento do cargo por 121 dias.

Os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Mauro Miran-

da (PMDB-GO) e Jefferson Pêres (PSDB-AM) conduziram o novo senador em plenário, onde prestou o juramento protocolar de "respeitar a Constituição e as leis do país, desempenhando com lealdade o mandato que lhe foi outorgado pelo povo alagoano".

Aprovada proibição de testes nucleares

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou ontem o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, firmado em setembro de 96, em Nova York.

O tratado - que recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Agripino Maia (PFL-RN) - obriga os signatários a não realizarem qualquer explosão experimental de armas nucleares.

O documento cria ainda a Organização do Tratado, com sede em Viena, na Áustria, a qual adotará um amplo sistema de monitoramento para que o acordo seja cumprido. A organização poderá, inclusive, enviar técnicos para inspeção nos países-membros, caso receba denúncia sobre descumprimento das normas.

IMPORTÂNCIA

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), destacou a importância do tratado, no momento em que cresce a tensão entre o Paquistão e a Índia, países que fizeram testes nucleares subterrâneos nos últimos meses.

Suplicy lembrou que estudos recentes têm procurado vincular os testes nucleares com alterações climáticas, sísmicas e ambientais, principalmente na Ásia e na Oceania.

Na mesma sessão de ontem, o plenário aprovou o projeto de decreto legislativo que aprova o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, este assinado pelo Brasil em 1968.



Agripino relatou o projeto

Proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destina ao setor 30% do total das contribuições para a seguridade social, 12% da receita dos estados e 10% do orçamento dos municípios

Emenda define recursos para saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), favorável à proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que destina recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A reunião da CCJ foi presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que havia pedido vista à matéria, afirmou que desejava apresentar voto em separado, mas encontrou dificuldades para manter contatos que o subsidiassem na elaboração do voto. Por este motivo, ele solicitou que a votação fosse adiada, mas teve o seu pedido negado pela maioria dos

senadores da comissão.

A proposta de Valadares estipula os percentuais mínimos que deverão ser aplicados na saúde: 30% das receitas de contribuições do orçamento de seguridade social da União, 12% das receitas dos estados e Distrito Federal e 10% das receitas dos municípios.

— Se essa emenda constitucional vier a ser promulgada, por certo resolverá em definitivo a eterna e incompreensível escassez de recursos do sistema público de saúde do Brasil — opinou Valadares ao justificar sua proposta.



A emenda aprovada pela CCJ na reunião de ontem facilitará a implementação do SUS

Adiada votação da abertura do setor ao capital estrangeiro

Foi adiada a votação na CCJ do parecer do relator, senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), favorável à proposta de emenda à Constituição, de iniciativa do senador Júlio Campos (PFL-MT), que acaba com as restrições à participação de empresas ou capital estrangeiros na assistência à saúde no Brasil. Os integrantes da CCJ preferiram aguardar as repercussões que a regulamentação dos planos e seguros de saúde trará para o setor, antes de tomar uma decisão.

— Como a aprovação da lei que regulamenta os planos e seguros de saúde, ocorrida recentemente, já permitiu a entrada de capitais estrangeiros para esses dois setores, então é preferível aguardar um pouco para ver o que vai acontecer — propôs o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cuja sugestão foi aceita pela maioria dos senadores da CCJ.

Ao ler seu relatório, Jefferson Pêres pediu a aprovação da matéria, argumentando que, quando o dispositivo vedando a participação de recursos e empresas de outros países na saúde foi colocado na Constituição, o contexto era outro. “Hoje não

existem mais razões objetivas que impeçam a entrada de capital estrangeiro no setor”, afirmou. Favorável à votação imediata da matéria, o senador Bello Parga (PFL-MA) disse que a medida “vai atingir o consumidor reduzindo os custos através da maior competição, e a instalação de novas empresas no Brasil criará mais empregos”.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor de um voto em separado contrário à opinião de Jefferson Pêres, lembrou que o impedimento foi colocado na Constituição devido ao temor que o capital estrangeiro pudesse trazer prejuízos e aniquilar as empresas nacionais que atuam no setor de saúde.

Vice-presidente da CCJ, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o adiamento da votação da matéria, alegando que a liberação do mercado para o capital estrangeiro não trará nenhuma repercussão imediata. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse ser contrário à aprovação do projeto até que seja criada uma agência nacional de saúde que fique responsável pelo controle do setor.

Comissão envia mensagem pela recuperação de Tuma

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), determinou que fosse enviada mensagem desejando a pronta recuperação do senador Romeu Tuma (PFL-

SP), vítima de um enfarte, no dia 11 de junho. Cabral designou Pedro Simon (PMDB-RS) e Esperidião Amin (PPB-SC) para entregarem a mensagem a Tuma em São Paulo, pessoalmente, representando a CCJ.

José Fogaça quer ampliar alcance do voto distrital misto

A proposta de emenda constitucional que institui o voto distrital misto nas eleições para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras de vereadores será apreciada pela CCJ em agosto. A discussão foi adiada para que o relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), amplie o alcance da mudança no sistema de votação, passando a englobar também a escolha de deputados estaduais e vereadores e não apenas deputados federais.

Encabeçada pelo senador licenciado José Serra, a proposta original estabelece que 75% das vagas para deputados federais devem ser preenchidas por candidatos eleitos pelo sistema distrital, e os 25% restantes, pelo sistema proporcional com circunscrição estadual e municipal. Segundo o relator, os distritos eleitorais devem ser definidos a cada quatro anos pela Justiça Eleitoral “para evitar critérios políticos na divisão dos eleitorados”. O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) sugeriu que a análise da matéria aguardasse o fim do trabalho da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que já teria adotado a proposta do voto distrital misto.

REVISÃO

A CCJ aprovou parecer de Jefferson Pêres rejeitando emendas de plenário à proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional.

Simon acredita que, apesar do tempo exíguo para a convocação do plebiscito junto com as eleições presidenciais deste ano e a realização da reforma constitucional em 1999, como determina sua proposta, “o Senado deve dar uma mostra à nação de sua posição”.

CCJ aprova as regras para participação política popular

O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, instrumentos da democracia participativa previstos na Constituição de 1988, estão prestes a ser regulamentados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pela aprovação do substitutivo,

Pelo substitutivo, um terço do Congresso poderá propor convocação de referendo ou plebiscito

tivo da Câmara ao projeto de lei do ex-senador Nelson Carneiro que estabelece regras para o exercício da soberania popular no país. A proposta segue para votação em plenário.

O substitutivo aprovado define as formas de consulta à população e determina que os plebiscitos e referendos devem ser convocados por decreto legislativo, mediante proposta de, no mínimo, um terço dos membros do Congresso Nacional. Pela proposta, o quorum de aprovação ou rejeição nas consultas populares é a maioria simples.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) apresentou voto em separado para modificar a base de eleitores no caso de plebiscito para decidir sobre a subdivisão ou fusão de estados. A proposta da Câmara estabelece que a população diretamente interessada na criação de novos estados compreende tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a daquele que está sujeito ao desmembramento.

“Da maneira que está colocada, a proposta encerra as perspectivas de qualquer região interessada em se desmembrar de estado”, afirmou Leonel. O senador chegou a questionar a constitucionalidade do plebiscito, citando decisões judiciais que determinam que só se consulte a população diretamente interessada em emancipar-se. Para o senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), o entendimento de Leonel poderia incentivar a proliferação de novos estados. “O propósito do substitutivo é exatamente tornar difícil a criação de novas unidades da Federação”, disse Jefferson, encarregado de substituir Josaphat Marinho na leitura do parecer.

Vai à sanção o projeto que pune falsificação de remédio

O projeto sobre falsificação de remédios e alimentos que o Senado está encaminhando à sanção presidencial é, integralmente, o mesmo que veio da Câmara dos Deputados. A única alteração sugerida visava corrigir o que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerava uma inadequação na ementa (o texto de abertura que explica a que se refere a lei) ao conteúdo da norma legal. A alteração sugerida foi retirada pelo próprio autor.

Na sessão de ontem, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que a proposta amplia as penas e obriga os condenados a cumpri-las em regime fechado. Mas, ainda segundo o senador, o texto oriundo da Câmara não muda a Lei de Crimes Hediondos para incluir entre eles a falsificação de remédios e alimentos. A alteração só visou artigos do Código Penal - "o que, na prática, equipara tais crimes aos hediondos", como entendeu o senador.



Alcântara foi relator da proposta

Havia o que Alcântara chama de "incoerência" entre a ementa e o corpo da lei. O que Suplicy fez, segundo Alcântara, foi simplesmente corrigir a falha de redação na ementa. "Nem eu nem o senador Eduardo Suplicy desejamos atenuar, reduzir ou minorar as penas decorrentes desses crimes tipificados no projeto", justificou o relator.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reconheceu os méritos da alteração, mas explicou que o Senado ficaria exposto a críticas desnecessárias na mídia,

que interpreta erroneamente a posição dos senadores. Por isso, ele sugeriu que o projeto, como veio da Câmara, fosse novamente votado pelos senadores.

Essa seria uma forma de evitar o retorno da matéria à apreciação dos deputados e, assim, permitir a imediata sanção pelo presidente da República. Ao mesmo tempo, por sugestão de Antonio Carlos, a Comissão de Justiça passaria a estudar uma solução legal para classificar o crime de falsificação de remédios e alimentos como hediondo. "Seria a fórmula mais prática", disse ACM.

Suplicy explicou que sua intenção foi pôr os pingos nos "is", ou seja, colocar na ementa exatamente o que estava no conteúdo da lei. Como não pretendia o retorno da proposta à Câmara, e muito menos diminuir a gravidade dos crimes, o senador retirou a sugestão de alterar o texto da ementa. Dessa forma, o plenário do Senado considerou aprovado a proposta tal como veio da Câmara.

Plenário aprova operação que beneficia RR e eleva o limite de endividamento da Petrobras

Reaparelhamento da Marinha terá US\$ 74 milhões

O Senado aprovou na tarde de ontem uma autorização para que a Petrobras eleve, temporariamente, o seu limite de endividamento e para que a União faça um empréstimo externo no valor de US\$ 74 milhões, junto ao Brazilian American Merchant Bank, para financiar o Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Sob protestos do senador Romero Jucá (PFL-RR), o plenário também aprovou autorizações para que o estado de Roraima assine dois contratos: um de abertura de crédito e de compra e venda de ativos e outro de refinanciamento de dívidas do estado, com a União e o Banco do Estado de Roraima (Baner), no valor total de R\$ 40,247 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. "Votei a favor deste



Jucá: responsáveis devem pagar

projeto porque é de interesse do meu estado, mas apelo para que as autoridades do Banco Central investiguem a fundo a questão do Baner e encontrem os responsáveis pela quebra do banco, até para fazê-los ressarcir o dinheiro", afirmou Jucá.

Ainda foi aprovado ontem projeto de lei da Câmara que trata da carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

7h - Entrevista com o presidente do Sindicato das Farmácias do DF, Adelmir Santana, sobre a falsificação de medicamentos

7h30 - "Jornal da Amazônia"

8h - Debate com a participação do secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia, embaixador Oscar Lorenzo, e do segundo-secretário da embaixada norte-americana, Adam Schub, sobre o novo sistema de comércio pela Internet

10h - Agenda Econômica Especial com o ministro da Economia, Pedro Malan, sobre os quatro anos de Plano Real

13h15 - Debate com a participação do secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia, embaixador Oscar Lorenzo, e do segundo-secretário da embaixada norte-americana, Adam Schub, sobre o novo sistema de comércio pela Internet

14h30 - Sessão plenária do Congresso Nacional (reapresentação) - votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

18h45 - Entrevista com o presidente do Sindicato das Farmácias do DF, Adelmir Santana, sobre a falsificação de medicamentos

19h30 - Debate com a participação do secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Ciência e Tecnologia, embaixador Oscar Lorenzo, e do segundo-secretário da embaixada norte-americana, Adam Schub, sobre o novo sistema de comércio pela Internet

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - "Agenda Econômica Especial" com o ministro da Economia, Pedro Malan, sobre os quatro anos de Plano Real

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - "Fala, Cidadão"

3h - Entrevista especial com a karateca Carla Ribeiro

4h00 - Entrevista com o professor Gustavo Lins Ribeiro sobre a Copa do Mundo como um evento que cria uma identidade entre os povos

5h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado federal José Genuíno (PT-SP)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR A TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

■ **Satélite** - B1 ■ **Transponder** - I BE (Banda Estendida), ■ **Polarização**: Vertical
 ■ **Frequência TX (Banda - C)** - 5869,40 Mhz ■ **Frequência RX (Banda - C)** - 3644,40 Mhz
 ■ **Frequência RX (Banda - L)** - 1505,60 Mhz ■ **Antena** - 3,6 m LNB - Temperatura 25 K
 (Amplificador de Baixo Ruído) ■ **Receptor de Vídeo/Audio Digital** NTSC Spectrum Saver
 - Modelo: N6S Integrated Receiver/Decoder (IRD) Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
 ■ **Fornecedor**: COMSAT - Fone (019) 772 9600 ■ **Obs.:** Fixar o Data Rates em 6,6 Mbs.

COMO SINTONIZAR A RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários: antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo), banda C; receptor ABR 200, ComStream; LBN DRO ComStream; 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F.

Informações técnicas: frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz; satélite: Brasília B2; Polarização: Vertical (RX); Modo: Joint-Stereo; Taxa: 128 Kbps-BPSK; Programa: ABR: CC, 1.11465600.256000.0FD 1.17.1.7



Benedita quer controle

Benedita quer preservar crianças dos abusos da TV

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou projeto de lei que proíbe os meios de comunicação de exibir cenas ao vivo ou gravadas e de divulgar fatos, nomes, sons, imagens (por silhuetas ou pessoalmente), fotografia ou qualquer outro meio que possa identificar criança ou adolescente em situação degradante, vexatória, de constrangimento ou humilhante. O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

A proibição proposta pela senadora está definida no parágrafo único do artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal dispositivo prevê que "o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais".

Na justificativa da proposição, Benedita da Silva afirma que o que está estabelecido no artigo 17 do estatuto não é cumprido. Em sua opinião, nas emissoras de televisão brasileiras a imagem de crianças e adolescentes em situação vexatória e humilhante "é explorada a todo momento, das mais variadas formas, para atingir objetivos suspeitos".

A senadora destacou que não quer censura "mas os meios de comunicação têm de encontrar um espaço na democracia que respeite os direitos da criança e do adolescente, em consonância com as leis brasileiras".

Senador diz que esta é sua terceira tentativa de libertar o país do "sistema cartorial implantado ainda em 1934"

Dutra propõe mudar a política de mineração

Ao expor ontem em plenário as razões que o levaram a propor uma emenda constitucional modificando a política de mineração do país, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) enfatizou a urgência e a necessidade de o Brasil adotar um sistema capaz de limitar as concessões de mineração a contratos específicos, e não mais a prazos determinados (em geral muito longos), como dispõe o artigo 176 da Constituição de 1988.

Para Dutra, esta será a única maneira de garantir a modernização do setor mineral brasileiro. "Continuamos presos ao sistema cartorial previsto no Código de Mineração de 1934. O fato de a Constituição garantir à União a propriedade do subsolo somente funciona até a hora em



Dutra: o interesse é do Brasil que a jazida é descoberta. Depois, de fato, ela se transforma em propriedade de quem a encontrou e está explorando, uma vez que o sistema de concessão por tempos longos não permite interferência do Estado antes de seu término."

O senador por Sergipe enfatizou tratar-se de um assunto que

interessa ao Brasil como um todo, não devendo ser qualificada de proposta situacionista ou oposicionista. "Foi com essa política de 'concessão por contrato específico' que o Canadá conseguiu a aplicação de um bilhão de dólares em pesquisas minerais nos últimos anos, com grande dinamização do setor e lucro para o país."

José Eduardo Dutra afirmou que o Brasil não pode esperar mais para adotar uma política mineral semelhante à dos demais países. "Esta é a terceira vez que proponho essa modificação. A primeira, quando discutimos a participação do capital estrangeiro nas privatizações e a segunda quando debatemos autorização prévia para a venda da Vale do Rio Doce."

Ademir aponta falhas graves no fundo de manutenção do ensino

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) padece de falhas graves que, se não forem sanadas, comprometerão seus objetivos. A afirmação foi feita

pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que criticou o conceito de educação básica do Fundef. "Ele subtrai parte das crianças menores de 7 anos e aqueles que não tiveram chance de fazer o ensino regular. Assim, de propósito, retira dos cálculos de custo — e, conseqüentemente, do financiamento — a educação infantil e a educação de jovens e adultos", afirmou.

A medida, segundo ele, prejudica os municípios com elevado número de alunos em cursos de suplência, fechando o acesso à

educação dos que não puderam ter escolaridade regular na idade certa. Também são prejudicados, frisou o senador, os municípios que têm creches, atendendo crianças carentes de 4 a 6 anos.

Outro problema, para Ademir Andrade, é o entendimento do Ministério da Educação de que aluno matriculado da 1ª a 8ª série é somente aquele que aparece nas estatísticas com essa nomenclatura. Assim, ficam desatendidas as classes de alfabetização e as turmas voltadas para a aceleração da aprendizagem.

Ademir Andrade também criticou o critério adotado para a distribuição de recursos para estados e municípios, que se baseia no número de matrículas do ano anterior. Essa norma, observou,

podará premiar quem diminuir o número de vagas oferecidas e penalizar quem ampliar os alunos em sua rede escolar.

O senador afirmou, ainda, que o valor mínimo anual por aluno, fixado pelo governo em R\$ 300, foi com base em estudos de arrecadação de 1995 e matrículas de 1994, e explicou que, se o mesmo critério fosse usado para a fixação do novo valor em 97, este chegaria a R\$ 364,75.

Essas distorções, frisou o senador, fazem com que municípios seriamente preocupados em oferecer educação de qualidade às suas crianças vejam-se na contingência de receber bem menos recursos do Fundef do que o devido. "Apesar da enorme publicidade, a verdade é que a União vai se desobrigando cada vez mais do ensino fundamental. É bom que saibamos todos: o Fundef não representa um centavo a mais de recursos federais para o ensino fundamental", afirmou.



Ademir: municípios perdem

Emília anuncia concurso sobre Israel

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) comunicou ontem a realização de um concurso nacional de monografia sobre o tema *Cinqüentenário da Proclamação do Estado de Israel*, dirigido a estudantes de segundo grau de todo o Brasil. A promoção é de iniciativa do Movimento Cristão do Brasil, com o apoio do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, do qual o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) é presidente, da Embaixada de Israel e da Confederação Israelita do Brasil, além de outras entidades.

O concurso faz parte da programação comemorativa dos 50 anos de criação do Estado de Israel e será lançado oficialmente hoje, às 16h, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, informando Emília Fernandes. As três melhores monografias serão premiadas com viagens a Israel e mais pequenas ajudas de custo para a viagem.

Segundo a senadora, "esta é uma notável ocasião para os alunos do ensino médio do país conhecerem mais de perto o papel histórico de Israel, suas experiências, suas conquistas e um momento que abre importante oportunidade de reflexão e conhecimento mais profundo sobre o povo judeu".



Emília: chance de reflexão